

## Moção

### POR UM PLANETA MAIS SÃO E JUSTO

O mundo vive uma dupla crise: uma crise económica e também uma crise ambiental sem precedentes.

A procura do lucro pelo grande capital tem levado à exploração da natureza e dos recursos naturais de forma predatória. Uma das consequências por força do consumo desenfreado de recursos naturais levados a cabo pelas multinacionais é o aumento da emissão de gases poluentes, nomeadamente de gases com efeito de estufa. Esses gases têm vindo a acumular-se ao longo dos anos.

Na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em 2015 (COP 21), foi feito um diagnóstico e adoptado um acordo (o acordo de Paris) para vigorar a partir de 2020, que não responde à necessidade de fazer baixar os níveis de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para que a subida da temperatura média da Terra não continue a crescer de forma insustentável, a qual põe em causa o futuro do planeta.

O acordo a que se chegou fica muito aquém das possibilidades e das necessidades. Desde logo, porque as metas traçadas não são vinculativas, pois não está previsto qualquer mecanismo de fiscalização na sua aplicação.

A não haver uma inversão das políticas, os países pobres e em desenvolvimento irão sofrer com o caminho aberto de tornar o ambiente um negócio extremamente lucrativo para as multinacionais e para que os países ricos (poluidores) não tenham que pagar a factura. O mercado de compra e venda da produção de dióxido de carbono representa, em si mesmo, um paradoxo nesta luta de redução de CO<sub>2</sub>, permitindo aos países ricos continuar a poluir, ao mesmo tempo que penaliza os países mais pobres, que são os que menos poluem.

Neste quadro, as delegadas e os delegados ao XIII Congresso da CGTP-IN deliberam:

- Defender que a transição para uma economia de baixo consumo de carbono não deixe de garantir o emprego e o direito ao trabalho com direitos;
- Intervir para que a aplicação do Acordo de Paris, em Portugal, se enquadre numa perspectiva que preserve os interesses nacionais;
- Pugnar para que em Portugal se tomem medidas nos diversos sectores, nomeadamente nos transportes, grandes consumidores de combustíveis fósseis e emissores de gases com efeito de estufa, e se dê prioridade aos transportes públicos de pessoas e mercadorias, como a ferrovia, e transportes mais eficientes e menos poluentes;
- Exigir uma política de desenvolvimento económico que permita aos trabalhadores e ao povo português uma aposta na eficiência e poupança energéticas;
- Defender um desenvolvimento económico que garanta a utilização sustentável dos recursos naturais, tais como a água e a sua preservação na esfera pública;
- Apoiar o desenvolvimento económico com baixa emissão de carbono e eficaz em termos de recursos, que não coloque em causa o planeta e assegure uma nova ordem económica internacional, mais justa para os trabalhadores e os povos.

Almada, 26 e 27 de Fevereiro de 2016

O XIII Congresso da CGTP-IN